

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.901 - PR
(2019/0210209-8)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : MARIA CRISTINA MENDES STACECHEN
REQUERENTE : ROSANE MENDES CHAPANSKI
REQUERENTE : TANIA MARA MENDES ZOREK
REQUERENTE : MARINES CORTELLINI
REQUERENTE : MARIO GROTT
ADVOGADOS : ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO E OUTRO(S) - PR016601
ADRIANA DA COSTA RICARDO SCHIER - PR027589
REQUERIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : ROBERTO FISCHER ESTIVALET E OUTRO(S) - PR061978

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo a agravo interposto por Maria Cristina Mendes Stacechen e outros contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que havia negado seguimento a recurso especial por eles manejado.

O agravo em recurso especial não foi conhecido por meio de decisão monocrática deste Relator.

É o relatório.

Com o proferimento de decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, fica prejudicada a análise do pedido de efeito suspensivo.

Nesse sentido, com adaptações:

AGRAVO INTERNO EM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. JULGAMENTO DO RECURSO. TUTELA E AGRADO INTERNO PREJUDICADOS.

1. O Recurso em Mandado de Segurança ao qual se pretendia atribuir efeito suspensivo não foi provido. Portanto, deve ser reconhecida a perda de objeto da Tutela de Urgência e do correspondente Agravo Interno.

2. Agravo Interno prejudicado.

(AgInt no TP 1.326/TO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019)

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU PREJUDICADO O PLEITO LIMINAR.

IRRESIGNAÇÃO RECURSAL DA REQUERENTE.

1. Segundo a jurisprudência desta eg. Corte Superior, apreciado o recurso cujo efeito suspensivo buscou-se garantir, tem-se a superveniente perda do objeto da medida liminar. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no TP 1.581/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA,

Superior Tribunal de Justiça

julgado em 24/6/2019, DJe 1º/7/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NA PETIÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL POSTERIORMENTE JULGADO. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO.

1. Consoante cediço nesta Corte, há superveniente perda do objeto do pedido de tutela de urgência, quando julgado o recurso a que se pleiteia (ou pleiteava) a concessão de efeito suspensivo.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt na Pet 11.425/MS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/5/2019, DJe 15/5/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NA TUTELA PROVISÓRIA. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO APELO. PEDIDO DE TUTELA PREJUDICADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência do julgamento do recurso especial ao qual se buscava a concessão de efeito suspensivo, ainda que sem trânsito em julgado, prejudica o pedido de tutela provisória em razão da perda do objeto.

2. Com o julgamento dos embargos de declaração opostos nos autos do Agravo em Recurso Especial n. 655.686/DF, ao qual a defesa pretendia atribuir efeito suspensivo, verifica-se o encerramento da prestação jurisdicional nesta instância, mostrando-se incabível a pretensão formulada nos autos desse pedido de tutela provisória.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no TP 1.556/DF, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 14/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO RECURSO ESPECIAL. PERDA DE OBJETO DA TUTELA DE URGÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 88 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO DISPOSITIVO LEGAL. PRECEDENTE.

1. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que apenas em hipóteses excepcioníssimas é possível atribuir efeito suspensivo ao recurso especial que ainda não passou pelo exame de admissibilidade no Tribunal de origem. É preciso que o requerente demonstre, de plano, os requisitos da urgência da medida. Nesse sentido: AgInt na TutPrv no REsp 1.342.640/SP, Terceira Turma, DJe 14/11/2016; AgInt na TutPrv no AREsp 636.546/SP, Quarta Turma, DJe 19/12/2016; MC 24.912/CE, Segunda Turma, DJe 7/11/2016.

2. Na hipótese, os requisitos autorizadores para concessão da tutela provisória

Superior Tribunal de Justiça

não estão presentes, pois o recurso especial ao qual se pretendia atribuir efeito suspensivo foi inadmitido na origem e, após conhecimento do agravo em recurso especial, negado provimento por decisão monocrática, o que esvazia o objeto da presente tutela de urgência, não havendo mais o que ser debatido através desse instrumento processual.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.069.185/SP, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 28/6/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DO RECURSO. PERDA DE OBJETO.

1. Tendo em vista o superveniente julgamento do recurso especial ao qual se pretendia conferir efeito suspensivo, deve ser reconhecida a perda de objeto do pedido de tutela provisória.

2. Agravo regimental prejudicado.

(AgRg no TP 91/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/5/2017, DJe 11/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO PREJUDICADA. JULGAMENTO DO RECURSO OBJETO DA PRETENSÃO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - O julgamento do recurso desprovido de efeito suspensivo prejudica a medida cautelar ajuizada com o escopo único de atribuir-lhe tal eficácia.

III - O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

IV - Agravo Regimental improvido.

(AgRg na MC 25.172/AM, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 15/12/2017)

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente pedido de efeito suspensivo. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro